



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

VALDELIZ GOMES CASONATO

**AS ESPECIFICIDADES DO CURRÍCULO NA EJA PRISIONAL: reflexão
sobre as propostas vigentes**

Londrina

2013

VALDELIZ GOMES CASONATO

**AS ESPECIFICIDADES DO CURRÍCULO NA EJA PRISIONAL: reflexão
sobre as propostas vigentes**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos - EJA da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina, como requisito para a obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof^a Ms Renata Peres Barbosa

Londrina

2013

VALDELIZ GOMES CASONATO

**AS ESPECIFICIDADES DO CURRÍCULO NA EJA PRISIONAL: reflexão
sobre as propostas vigentes**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de Jovens e
Adultos da Universidade Tecnológica Federal
do Paraná – Campus Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Londrina, de de 2013.

À minha família, núcleo de amor, cultura, fé e força.

Ao amor, ao mesmo tempo bálsamo e ferida que me impulsiona e me tira para dançar.

A todos os educadores que, independente de suas dores, acreditam que oferecer seu conhecimento e sua aptidão aos que mais dela necessitam faz deles mais fortes e mais úteis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre, em primeiro lugar. Meu sustento, meu alento, minha inteligência, minha força... Amado da minha alma.

À minha mãe, Maria Elisa, mulher que ora e clama. Exemplo de inteligência, caráter, capacidade, honestidade, fé. Cuida e não desiste de mim.

A meu pai, Waldyr, que a seu modo está sempre me auxiliando.

Aos meus irmãos, Talita e Adilso, sempre juntos.

Ao Felipe e Fabrício, amados, filhos do meu coração.

À Hellen, sempre ao meu lado.

Às minhas amigas queridas de especialização, força, riso, amor: Silvana, Débora Proença, Denise, Rosângela, Vera, Anamaria, Noêmia,

Especialmente à minha orientadora, quase protetora, sem querer ser familiar demais, Professora Mestre Renata. Me suportou, me domou, me ensinou. Se não fosse por ela, este trabalho não teria acontecido.

CASONATO, Valdeliz Gomes. **As Especificidades do Currículo na EJA Prisional: reflexão sobre as propostas vigentes.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Londrina, 2013.

RESUMO

Na Educação de Jovens e Adultos que acontece nos CEEBJAS no interior das prisões, há uma real e premente necessidade de reconstrução das propostas curriculares, devendo as mesmas ser especificamente elaboradas para o público ali atendido como aluno. Não há como se pautar, somente, na organização curricular formal, tradicional e regular, ainda que voltados para a EJA, dentro das Unidades Penais. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as propostas curriculares ofertadas na EJA prisional no Estado do Paraná, a partir de uma pesquisa bibliográfica documental. Para tanto, no primeiro momento, nos propomos conceituar o currículo escolar e suas implicações, realçando o currículo como balizador das práticas educativas. Em seguida, mapeamos as propostas curriculares ofertados na EJA prisional no Estado do Paraná, no exame de textos e documentos oficiais que definem e regulamentam a oferta da EJA dentro das unidades prisionais do Paraná, com o intuito de problematizar seus limites e potencialidades e ensaiar alternativas para que ocorram mudanças, a partir das propostas curriculares, tornando a educação prisional algo significativo, atuante e libertador.

Palavras-Chave: **Currículo. Educação prisional. EJA.**

Casonato, Valdeliz Gomes. **The Specifics of the curriculum in EJA Prison: reflection of the existing proposals.** Paper presented at the Specialization Course in Youth and Adults at the Federal Technological University of Paraná - Campus Londrina, 2013.

ABSTRACT

In Youth and Adult Education in CEEBJAS what happens inside the prison, there is a real and urgent need for reconstruction of curriculum proposals, and that these should be specifically designed for the public attended there as a student. There is no way to be based only on formal, traditional and regular curricular organization, albeit facing the EJA, within the Penal Units. This paper aims to reflect on curriculum proposals offered in prison EJA in Paraná, from a documentary literature. For this, at first, we propose to conceptualize the curriculum and its implications, highlighting the curriculum as base of educational practice. Then mapped the curriculum proposals offered in prison EJA in the State of Paraná, in the examination of texts and official documents that define and regulate the provision of adult education within prisons of Paraná, in order to discuss its limits and capabilities and test alternative changes to occur, from the curricular proposals, making the prison education something meaningful, active and liberating.

Keywords: Curriculum. Prison education . EJA .

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....	32
GRÁFICO 2 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	32
GRÁFICO 3 – ESCOLARIZAÇÃO DE 1077 PRESOS – UNIDADE PENAL X.....	34
GRÁFICO 4 – ALUNOS MATRICULADOS - 1024 PRESOS – UNIDADE PENAL X.....	34
GRÁFICO 5 – CARGA HORÁRIA PROFESSORES CEEBJA.....	36
GRÁFICO 6 – FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PROFESSORES CEEBJA.....	36
GRÁFICO 7 – SUPRIMENTO PROFESSORES CEEBJA 20 HORAS.....	37

LISTA DE SIGLAS

CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

DEPEN – Departamento Penitenciário do Estado do Paraná

DEPEN – Departamento de Execução Penal (a partir de 2012)

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de
Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

INFOPEN – Sistema Integrado de Informação Penitenciária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LEP – Lei de Execução Penal

MEC – Ministério da Educação Nacional

PDI CIDADANIA – Programa para o Desenvolvimento Integrado

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

VEP – Vara de Execução Penal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CURRÍCULO: ASPECTOS TEÓRICOS E SUAS RELAÇÕES	14
2.1 ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO: SEU PAPEL E SUAS POTENCIALIDADES..	14
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR: O EXPLÍCITO E O OCULTO.....	16
3 PROPOSTAS OFICIAIS NA EDUCAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DO PARANÁ	20
3.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL.....	20
3.1.1 Breve Diagnóstico.....	20
3.1.2 A Questão do Currículo.....	23
3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE PENAL.....	24
3.3 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES.....	27
4 A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: OLHAR PARA O SEU COTIDIANO	31
4.1 OS ALUNOS.....	31
4.2 OS DOCENTES.....	34
4.3 A EQUIPE PEDAGÓGICA.....	37
4.4 AS AULAS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil, hoje, voltou a ocupar lugar de destaque. Não importa aqui entender quais os reais interesses do poder público e da iniciativa privada ao tratar novamente a educação como a “menina dos olhos”. Contudo, ressalta-se o interesse em resgatar/refletir a educação como processo de desenvolvimento dos seres humanos, como possibilidade de transformar os homens em seres pensantes, críticos e capazes de construir seu próprio destino.

O processo educacional tem o papel de possibilitar aos seres humanos a assimilação dos elementos culturais necessários para sua formação, e para isso deve organizar os “meios” para que aconteça. Para tanto, faz-se necessário que a escola elabore formas de organização do conjunto das atividades para que tal fim seja atingido, por meio de procedimentos metodológicos, avaliativos e outras práticas, que aqui nomeamos de currículo (MOREIRA, 2003).

Buscando resgatar as potencialidades das práticas educativas, o olhar, no presente trabalho, direciona-se para um espaço de conflitos e desafios, a saber, a educação prisional - na esteira da Educação de Jovens e Adultos.

Na Educação de Jovens e Adultos - EJA que acontece nos CEEBJAS - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos dentro das prisões, há uma real e premente necessidade de reconstrução das práticas, devendo as mesmas ser especificamente voltadas para o público ali atendido como aluno. Não há como se aplicar a organização curricular formal, tradicional e regular, ainda que voltados para a EJA, dentro das Unidades Penais, para alunos presos. Esta negativa baseia-se na certeza de uma escola que tem o real interesse em que seus alunos presos aprendam e tenham a possibilidade de ressocialização a partir da educação formal, não buscando apenas a remição da pena pelo estudo.¹

É preciso que o cotidiano escolar da Unidade Penal seja incorporado à base para renovação do currículo e das propostas curriculares, buscando algo dinâmico e que desperte interesse, sendo um instrumento transformador.

¹ Conforme a Lei nº12433/11, que institui a remição pelo trabalho ou por estudo no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, o condenado que estuda poderá remir a pena: 01 dia de pena a cada 12 horas de estudo, divididas em 03 dias.

Não se pode tratar e assumir como verdades absolutas os objetos, conteúdos, procedimentos metodológicos e avaliações que vêm prontos nos currículos tradicionais, “copiando e colando” cada ponto, sem dar dinamismo às nossas práticas curriculares, principalmente na EJA, e, prioritariamente, na EJA dentro das prisões.

A prática diária entre professores e alunos cria e recria conhecimentos embasando-se na realidade social e cultural de cada um, utilizando-se do espaço físico e emocional onde se encontram os interlocutores. Observa-se que a experiência de vida de cada um, usando celas como salas de aula, “explode” enquanto desenvolvem-se as atividades pedagógicas curriculares tradicionais, trazendo para o cotidiano escolar uma gama infindável de riquezas culturais, sociais, bem como mazelas incuráveis da alma e problemas de comportamento social, dentre outras variedades: os saberes e fazeres de cada um interferindo e construindo o currículo.

Há urgência de se repensar, na EJA dentro das prisões, as “grandes molas mestras” das propostas curriculares tradicionais: organização dos conteúdos, forma de agrupamento de alunos, métodos de ensino e procedimentos de avaliação. Se não forem reavaliadas e reestruturadas tais bases curriculares, a escolarização de alunos presos nunca será uma educação formadora de conhecimento e libertadora, mas somente uma forma de remição da pena pelo estudo.

Com efeito, delinea-se o problema de pesquisa a partir da seguinte indagação: as propostas pedagógicas estão atendendo às especificidades e o público da educação prisional?

Nesse sentido, o presente trabalho monográfico tem como objetivo geral refletir sobre as propostas curriculares ofertadas na EJA prisional no Estado do Paraná, lançando como hipótese que as práticas da EJA prisional estão distante das reais necessidades dos alunos presos.

Como metodologia, utiliza-se da pesquisa bibliográfica documental. Para análise da realidade estudada, pauta-se no exame de textos e documentos oficiais – o Projeto Político Pedagógico do CEEBJA e o Plano Estadual para Educação nas Prisões do Paraná - que definem e regulamentam a oferta da EJA no interior das unidades prisionais do Paraná, buscando entender a oferta, aquilo que está explícito e o que está

oculto, e ensaiar alternativas para que ocorram mudanças, a partir das propostas curriculares, tornando a educação prisional algo significativo, atuante e libertador.

Como objetivos específicos, apresenta-se:

- ✓ Problematizar o currículo e compreender o que o define, quais as suas bases, e qual sua real importância/influência dentro das salas de aula;
- ✓ Mapear e apresentar, ainda que brevemente, os documentos que regem o ensino das Unidades Penais do Paraná, em especial, de uma Unidade do Estado do Paraná;
- ✓ Analisar o cotidiano de um CEEBJA de uma Unidade Prisional do Estado do Paraná.

Para tanto, dividiu-se o trabalho monográfico em cinco capítulos. As considerações iniciais e finais do trabalho encontram-se respectivamente no primeiro capítulo e no último capítulo.

No segundo capítulo, propomo-nos conceituar o currículo escolar e suas implicações, realçando o currículo como balizador das práticas educativas.

No terceiro capítulo, mapeamos as propostas curriculares ofertados na EJA prisional no Estado do Paraná, no exame de textos e documentos oficiais que definem e regulamentam a oferta da EJA dentro das unidades prisionais do Paraná, com o intuito de problematizar seus limites e potencialidades e ensaiar alternativas para que ocorram mudanças, a partir das propostas curriculares, tornando a educação prisional algo significativo, atuante e libertador.

No quarto capítulo, vamos além dos documentos oficiais que ofertam a educação dentro das prisões, apresentando o dia-a-dia de um CEEBJA dentro de uma unidade prisional no Paraná, com o intuito de demonstrar o andamento de uma escola prisional, a partir da experiência da pesquisadora bem como de documentos e relatórios disponíveis na secretaria da Unidade. Para tanto, apresentamos o perfil dos alunos, a escolaridade dos apenados, a demanda docente e pedagógica e as aulas diárias, tudo com o objetivo de entendermos a prática da educação prisional, a presença latente do currículo oculto e a diferença entre o presente nos documentos oficiais e a realidade.

A partir dos objetivos aqui apresentados, busca-se oferecer subsídios para se compreender a oferta dessa modalidade de educação bem como ensaiar alternativas

para que ocorram mudanças nas propostas curriculares – o que se faz útil, criativo e necessário para se pensar caminhos para a mudança e a renovação das práticas, voltada ao bem comum e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 CURRÍCULO: ASPECTOS TEÓRICOS E SUAS RELAÇÕES

Falar de novas práticas curriculares na educação prisional sem tratar de currículo seria incoerente. Para tratar de reconstrução é oportuno compreender o que é o currículo e suas principais características e manifestações.

Para entender o currículo e a forma como ele vem sendo construído nos espaços escolares, evidencia-se o conhecimento escolar e a relação entre currículo e cultura.

Para tanto, neste capítulo, intenta-se problematizar o currículo, à luz, em especial, das colocações de Saviani (2005), Moreira e Candau (2007) e Silva (2000).

2.1 ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO: SEU PAPEL E SUAS POTENCIALIDADES

De acordo com Saviani (2005), segundo a perspectiva materialista histórico-dialética, para compreender a natureza da educação é preciso compreender a natureza humana. Ainda de acordo com Saviani (2005), a educação, logo, é própria dos seres humanos que, ao contrário dos outros animais, adapta a natureza a si, transformando-a pelo trabalho, intencional e objetivo. Ou seja, os homens são capazes de produzir sua própria existência.

Nesse sentido, o processo educacional deve possibilitar aos seres humanos a assimilação dos elementos culturais historicamente construídos, necessários a sua formação e, para isso, deve organizar os meios para que aconteça esse processo. A socialização do saber sistematizado, como define Saviani (2005), acontece na escola. É na escola que o indivíduo adquire o conhecimento elaborado e sistematizado, e no caso de nossa cultura, a cultura letrada.

Para tanto, para pensar na socialização do saber elaborado e sistematizado historicamente, que acontece na escola, Saviani (2005) define o currículo como o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Destaca os adjetivos nucleares, entendendo que a escola não pode confundir seu papel primário e secundário – o primário, fundamental e essencial, o programa de disciplinas e tudo que

a escola define no programa; o secundário, as atividades extracurriculares; não pode haver uma inversão de prioridades.

... currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. E por que isto? Porque se tudo o que acontece na escola é currículo, se apaga a diferença entre curricular e extracurricular, então tudo acaba adquirindo o mesmo peso; e abre-se caminho para toda sorte de tergiversações, inversões e confusões que terminam por descaracterizar o trabalho escolar. (SAVIANI, 2005, p. 16)

O papel da escola, portanto, é o de transmitir-assimilar o saber sistematizado e elaborado historicamente. E para que isso aconteça, faz-se necessário elaborar métodos e formas de organização do conjunto das atividades da escola, para que tal fim seja atingido – isto é o currículo. Não significa transformar a escola em um espaço fechado as transformações sociais, tradicional e arcaico; pelo contrário, que os saberes transmitidos estejam em plena consonância com as práticas sociais.

Passamos, então, a refletir sobre o papel da escola. Para um indivíduo passar da condição de analfabeto para alfabetizado ele passará por um processo sistemático, intencional e organizado – o currículo reflete essa organização dispondo o tempo, os agentes e os instrumentos necessários para que se atinja o objetivo com êxito.

Pela escola passa o indivíduo do saber espontâneo para o sistematizado. A ação escolar permite esta fusão, entre novas e antigas determinações, formando-se um novo saber. Daí a necessidade, para essa fusão, de um ensino ativo e efetivo, com professores comprometidos com os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos, trabalhando com conhecimentos relevantes e significativos.

Logo, através do conhecimento, o aluno deve ter condições de transformar-se num sujeito ativo na mudança de sua vida. Para que isso ocorra, ele deve ter a seu dispor conhecimentos escolares que o levem a uma compreensão acurada da realidade em que vive, para que tome uma posição consciente e segura, promovendo a ampliação do seu eu e de seu universo cultural. Aqui está a relevância da escola: o poder que ela tem de transformar as pessoas, de dar a elas a compreensão de seu

papel na realidade cotidiana e de ajudá-las a adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias para mudar a si e à sociedade em geral – a aprendizagem significativa².

Segundo Moreira e Candau (2007), o professor deve compreender com propriedade o processo de produção do conhecimento escolar, a importância de recontextualizá-lo, entenda as intencionalidades do processo pedagógico e estimule novas abordagens, na busca de selecionar os conhecimentos e a orientação cultural dentro da elaboração do currículo, que o torne significativo.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR: O EXPLÍCITO E O OCULTO

A atual concepção de currículo traz em seu bojo os conteúdos a serem estudados, as experiências individuais diárias, os planos e propostas pedagógicas, os objetivos a serem alcançados e os processos de avaliação. Segundo Moreira e Candau (2007), podemos entender o currículo como o conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas, visando a construção da identidade dos novos educandos. E, dentro dessa perspectiva, temos vários momentos curriculares e tipos de currículo.

Sem pretender considerar qualquer uma dessas ou de outras concepções como certa ou como errada, já que elas refletem variados posicionamentos, compromissos e pontos de vista teóricos, podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 18).

² Aprendizagem significativa é o processo através do qual uma nova informação (um novo conhecimento) se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva (não literal) à estrutura cognitiva do aprendiz. É no curso da aprendizagem significativa que o significado lógico do material de aprendizagem se transforma em significado psicológico para o sujeito.

Estudar e analisar os planos e propostas, bem como as práticas pedagógicas e o dia-a-dia da relação ensino-aprendizagem, todas essas práticas levam à análise e estudo do currículo.

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 19).

Além disso, os autores ainda destacam a alarmante necessidade de estudos sobre o currículo escolar, tendo em vista a pluralidade cultural materializado no contexto escolar. Pode-se agudizar essa questão ao voltar-se para o cenário prisional. Conforme destacado por Moreira e Candau (2007):

Ainda, é inegável a pluralidade cultural do mundo em que vivemos e que se manifesta, de forma impetuosa, em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas e nas salas de aula. Essa pluralidade freqüentemente acarreta confrontos e conflitos, tornando cada vez mais agudos os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 20).

Há o currículo prescrito, com determinações a serem seguidas, obedecendo a normas administrativas e legais, nos planos e propostas oficiais. Contudo, o destaque é para o currículo oculto, que consiste nos efeitos obtidos na escola que não estão definidos explicitamente nos planos e propostas. O professor, por meio do seu *habitus*, transmite saberes, valores, práticas e ideologias que não estão prescritos no currículo formal, mas são ensinados de forma implícita. Todavia, o currículo oculto não se manifesta somente por meio do *habitus* do docente, mas também “por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (SILVA, 2003, p.78). Como observa Moreira e Candau (2007), o currículo oculto traz em seu bojo práticas inconscientes que permeiam o processo de ensino. São condutas que emanam de ideias e valores subliminares, mas determinantes no dia-a-dia da sala de aula.

Trata-se do chamado currículo oculto, que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por agrupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 18).

Estudar o currículo em todas as suas formas e nuances é fundamental para a compreensão e efetivação do sucesso da jornada da aprendizagem. Como bem explicitam Moreira e Candau (2007), o currículo tem importância fundamental no processo educativo escolar; é através dele que as coisas passam a acontecer, é ali que se concentram os esforços pedagógicos. Por isso o educador tem papel crucial na construção dos currículos, devendo estar sempre discutindo e refletindo o currículo, tanto o formal quanto o oculto.

Cabe evidenciar as relações do currículo com a cultura, como e porque as diferentes culturas são hoje tão influenciadoras de práticas e comportamentos e qual a real participação da cultura na esfera escolar e no cotidiano do processo de aprendizagem. Vale ressaltar que tanto na cultura quanto no currículo há uma luta constante para construção de significados e aprendizados, usando a multiplicidade de seres e de comportamentos.

Não se mostra, então, evidente a íntima relação entre currículo e cultura? Se, em uma sociedade cindida, a cultura é um terreno no qual se processam disputas pela preservação ou pela superação das divisões sociais, o currículo é um espaço em que esse mesmo conflito se manifesta. O currículo é um campo em que tenta se impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados. O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 28).

Não há como se conformar com a homogeneização do currículo e das práticas curriculares, e nem aceitar a cientificação dos conteúdos e das explicações do mundo. Há que se importar com a diversidade e a alternatividade. É preciso repensar alguns conceitos há muito embutidos na prática: forma de organizar conteúdos, formas de agrupamento de alunos, métodos de ensino, métodos de avaliação; tais práticas, com

valores profundamente arraigados, vêm causando destruição, prioritariamente na EJA, e especificamente no interior das unidades penais.

Destacar a especificidade da EJA prisional é, portanto, determinante para a adequada formação de professores, para a especialização de carreira, para a produção de material didático-pedagógico e para a elaboração de indicadores de avaliação que deem conta de apreender a multiplicidade de fatores presentes na relação de ensino e aprendizagem dentro da prisão (SILVA E MOREIRA, 2011, p. 96).

Como trabalhar da mesma forma com pessoas tão diferentes? Há uma diversidade dentro das salas e das celas, e o currículo deve mediar e possibilitar o diálogo com esse público diverso e excluído. Como organizar saberes e conteúdos para jovens e adultos já marginalizados, aliás, como organizar saberes para jovens e adultos já presos e retirados da sociedade há muito tempo? Devemos integrar conteúdos de diversas áreas e utilizar a aprendizagem significativa – uma rede de saberes, poderes e fazeres presentes no cotidiano, para que o aluno ouça e aprenda algo que está em conexão com seus interesses, crenças, valores e saberes e tenha criticidade e autonomia para questionar aqueles que o oprimam.

Escrever pedagogias para quem? Se o contexto em que vive a pessoa é determinante na constituição de sua forma de produzir conhecimentos e de ler o mundo, a condição de encarceramento, sobretudo o confinamento prolongado, é propícia para estabelecer formas outras de produção e de reprodução do conhecimento? (SILVA E MOREIRA, 2011, p. 96).

3 PROPOSTAS OFICIAIS NA EDUCAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Para entender a forma como se oferta o ensino no interior das prisões, é preciso compreender a realidade da educação prisional. Para tanto, ressalta-se a dificuldade em se investigar, de maneira mais apurada, o cotidiano, devido questões de natureza que extrapolam o âmbito pedagógico e a escola, como as exigências postas pela segurança. Dessa forma, cumpre como objetivo do presente capítulo, apresentar, ainda que brevemente, os documentos que regem o ensino das Unidades Penais do Paraná, em especial, de uma Unidade.

Atualmente, os documentos que regem o ensino no Estado do Paraná são: o Projeto Político Pedagógica da escola e o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, de 2012. Está em tramitação uma nova Proposta Pedagógica para a EJA prisional no Estado do Paraná, no entanto, como ainda se encontra como Projeto e não foi publicado, não se analisará neste trabalho.

Para tanto, para situar e problematizar o espaço e as práticas, no primeiro tópico deste capítulo, cumpre refletir sobre a realidade da educação prisional como um todo. Em seguida, realiza-se uma breve análise do Projeto Político Pedagógico da Unidade Penal estudada, trazendo suas limitações e potencialidades. Após isso, analisa-se o Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado do Paraná.

3.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL

3.1.1 Breve Diagnóstico

Pode-se apresentar como dois grandes problemas da educação prisional hoje, a falta de local adequado para funcionamento das salas de aula e a não preparação prévia dos profissionais para lidar com o processo educacional prisional, tanto os profissionais ligados à segurança quanto os profissionais da educação. No que tange ao espaço físico, as unidades penais não estão preparadas para ofertar educação de qualidade. Para ofertar educação de qualidade às pessoas que hoje estão em regime prisional, é necessário que a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos

Humanos - SEJU promova uma remodelização total dos espaços físicos. Mas como conseguir espaços físicos adequados frente à realidade das unidades penais: superlotação, sujeira, alta periculosidade de parte dos presos? Como manter o interesse dos alunos e o comprometimento dos docentes se as Casas de Custódia, as Penitenciárias, os Centros de Detenção não ofertam nem mesmo locais arejados, com pelo menos 20% de boa ventilação e iluminação solar?

Com relação aos profissionais da educação que atuam na educação prisional, muitos não são previamente preparados para lidar com esta realidade e, conseqüentemente, com estes problemas. Dessa forma, não são formados para repensar seus valores sobre a educação nas prisões, em que se prevalece e se esbarra nos valores pessoais de cada um. Como destacamos no capítulo anterior, há um currículo oculto que permeia as práticas educativas no interior das unidades penais, repletas de atitudes preconceituosas que impedem o verdadeiro trabalho formativo. Como rever valores se muitos dos profissionais envolvidos já sofreram ou viram pessoas próximas sofrerem a violência de um assalto, de um sequestro, de uma violência sexual, das drogas? O educador terá que conceber esse sistema da EJA prisional como um desafio e uma luta constante, de forma contextualizada, a partir de uma formação adequada que permita a reflexão sobre as condições sócio-históricas e não partindo de reflexões pessoais ou emotivas.

Numa reflexão pessoal, acreditamos que a sociedade falhou com estas pessoas, hoje encarceradas, principalmente na área educacional. Onde e por quê? Por que falhou se temos escolas e mestres? Resposta difícil, complexa, mas que comporta uma constatação: a educação falhou e os privados de liberdade não foram alcançados por ela. A família também falhou. Há várias práticas governamentais que incentivam a permanência do aluno na escola regular, mas, mesmo assim, a evasão continua aumentando, para alunos cada vez mais jovens.

Enquanto a situação variável da educação tende com demasiada frequência a oscilar entre “ruim” e “muito ruim”, é preciso reconhecer plenamente o número de programas educacionais de excepcional qualidade que, à luz das observações dos próprios reclusos, são resultado de iniciativas individuais e de um extraordinário compromisso mais do que produto de política do Estado ou de uma determinada instituição (MUNÔZ, 2011, p. 59).

Toda essa difícil realidade se intensifica na educação prisional. A educação prisional é a chance de ofertar a este aluno preso o vislumbre de uma vida em sociedade, ainda que árdua, de ofertar a ele a possibilidade de ressocialização. O problema é que este universo, que poderia ser a luz no fim do túnel, está coberto de preconceitos e estereótipos de toda natureza. Práticas sociais vêm reproduzindo tais preconceitos e impossibilitando o rompimento com o sistema excludente e desigual que se refugia no interior das prisões. Por mais que as práticas sociais, a mídia, dentre outros, têm imposto olhares preconceituosos para esta realidade, o desafio inicial é olhar para este universo carcerário sem preconceitos e ressentimentos, sem nada que impeça que a educação seja concebida como possibilidade de transformação, que possa mudar suas vidas, mudar seu presente e seu futuro. É preciso promover a dignidade humana e a educação inclusiva, por mais utópico que possa parecer. Certo que a dignidade humana não tem sido respeitada, nem mesmo na sociedade livre, muito menos na população carcerária, e que a inclusão é um sonho adormecido que precisamos praticar, de pouco em pouco, como um pequeno gemido que poderá transformar-se num clamor.

O poder público tem criado normas, leis e projetos que garantem ao preso o direito à educação e também o acesso a ela. Há uma luta árdua de vários membros do poder público que acreditam na educação prisional e na possibilidade de reintegração do preso à sociedade através da educação. Há investimento em pessoal, materiais, formação, visando a oferta da EJA para os alunos presos através dos CEEBJAs que atuam dentro das unidades penais. No entanto, percebe-se que criar normas e leis para que os presos tenham acesso à educação é muito mais simples do que aplicá-las na prática. A realidade escolar é igual tanto nas escolas regulares quanto nos presídios. Os currículos teriam que atender as necessidades básicas das comunidades nas quais o indivíduo, preso ou não, se relaciona. Aluno com fome, sem material adequado, sem estrutura familiar estável não se desenvolve - e o aluno preso? O que e como fazer para avaliar as necessidades básicas de um indivíduo privado de liberdade por atos praticados contra a sociedade, por livre e espontânea vontade? Cumpre observar, também, que um conteúdo programático que mostre realmente sentido, voltado para possibilitar a reinserção na sociedade, despertaria mais interesse dos mesmos.

Para que a EJA possa contribuir efetivamente com o processo de ressocialização ou “tratamento penal”, é necessário que a prisão seja ressignificada como espaço potencialmente pedagógico. Como transformar saberes construídos no submundo do crime em conhecimentos socialmente úteis? Como situar a educação como um valor dentro da prisão? Como serão organizados os processos de ensino-aprendizagem, monitoramento e avaliação de forma a atender a totalidade dos internos? (SEED, SEJU, 2013, p. 01).

Apresenta-se, aí uma grande questão: como seriam as aulas para estes presos? Quantos alunos por turma? Qual a viabilidade e a segurança dos envolvidos no processo educacional? Admitimos, prioritariamente, que a primeira coisa a ser revista são os currículos, os conteúdos programáticos, a forma de organização do processo em si. É necessário repensar a educação nas prisões e os nossos conceitos sobre educação nas prisões.

Na educação regular, fora das grades prisionais, existem hoje salas que atendem várias necessidades específicas dos alunos: sala de apoio, sala de reforço, sala de recursos - prefiro chamá-las de salas de descobertas da vida real do aluno. Uma psicopedagoga avalia os alunos e, além de descobrir o motivo da não aprendizagem em sala de aula, descobre o porquê do submundo, entendendo que nele existe violência de todos os gêneros: pais que abusam, orfandade, maus tratos, agressões, surras frequentes. Se na realidade tudo isto acontece, precisamos lembrar que os presos vêm deste mundo real. Se fora da prisão eles já eram pertencentes ao submundo real e não conseguiram romper e transformar essa realidade, como oferecer a eles uma educação palpável e fazê-los acreditar que ainda há uma chance?

3.1.2 A Questão do Currículo

É difícil determinar as práticas educativas nas prisões. É uma questão complexa, que envolve um histórico de exclusão, e é preciso um trabalho intenso e interdisciplinar, que extrapole as penitenciárias.

A educação deveria estar orientada para o desenvolvimento integral da pessoa e incluir, entre outras coisas, o acesso dos reclusos à educação formal e informal, aos programas de alfabetização, à educação de base, à formação profissional, às atividades criadoras, religiosas e culturais, à

educação física e esportes, educação social, educação superior e aos serviços de biblioteca. (MUNÓZ, 2011, p. 62).

Há que se trabalhar com conteúdos que tratem da aprendizagem significativa. Um currículo que abranja oralidade, em que seus conteúdos, além de gerarem aprendizado, assuma o papel de ressocialização para além dos conteúdos formais. Como exemplo, possuir uma biblioteca com livros de leitura fácil e com conteúdos de fábulas, sempre com fundo moral, seria um excelente meio de ouvi-los e entender seus sentimentos. Ter ao alcance da escola profissionais com formação em psicopedagogia, fundamentais no processo de avaliação emocional e métodos efetivos de aprendizagem após a sondagem.

É fundamental que haja currículo carcerário, com conteúdos atuais e específicos como saúde emocional, além dos conteúdos profissionalizantes, como informática, internet, atendente de call center, eletricidade, etc. Mas como as aulas poderiam ser dadas sem oferecer riscos à segurança dos envolvidos no processo educacional? Como tornar a EJA interessante o suficiente para chamar-lhes a atenção?

A abrangência do currículo carcerário terá que ser muito ampla, mas sempre relacionada com os valores morais que precisam ser resgatados e o retorno ao convívio na família e na sociedade. Porém, preocupante, para se implantar um novo currículo faz-se necessário profissionais qualificados e comprometidos para tal fim. Além disso, da mesma forma, urge espaços físicos mais adequados, que favoreçam a aprendizagem.

3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE PENAL

O Projeto Político Pedagógico do CEEBJA das unidades prisionais é praticamente idêntico ao das escolas regulares que ofertam EJA. Ele tem como eixos norteadores a Cultura, o Trabalho e o Tempo e toda atividade pedagógica está voltada à realidade e às possibilidades de aprendizagem dos alunos (Projeto Político Pedagógico, CEEBJA X, 2012). Entretanto, todo o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas, está sujeito às normas de segurança, tendo em vista que a defesa à vida é prioridade dentro do Sistema Penal. Este destaque fez-se necessário por se tratar de

uma Unidade Penal exigindo muita cautela por parte de todos os que trabalham neste local.

Sendo a Cultura um dos eixos da ação pedagógica, visto que dela emanam as manifestações humanas, pede-se que todos os educadores e comunidade escolar mantenham foco nas diversidades culturais, percebendo, compartilhando e sistematizando as experiências com os educandos, tendo como objetivo nessa relação a transformação e (re)construção dos saberes pelos educandos. No entanto, cabe destacar as observações de Silva (2000), de que “A cultura deve ser entendida dentro do currículo como relações de poder, sendo produzidas nas interações sociais”.

No Projeto Político Pedagógico do CEEBJA que oferta a EJA dentro das Unidades Penais onde funcionam as escolas, o trabalho é uma das bases das relações humanas, portanto, é prioridade, tendo em vista ser um meio de sobrevivência no universo penitenciário. Possibilita aos internos a terapia ocupacional e também a aquisição de produtos de manutenção necessários para melhoria da qualidade de vida dentro do cárcere.

O Projeto Político Pedagógico contempla o trabalho em seu currículo, possibilitando ao aluno exercer suas funções tanto no trabalho quanto na escola, selecionando e desenvolvendo conteúdos relevantes para a vida do educando, oferecendo-lhe instruções que sejam relevantes no seu dia-a-dia.

O tempo também assume significativa importância, pois é outro eixo norteador das atividades pedagógicas. Tanto o tempo escolar como o tempo pedagógico são relevantes para os trabalhos escolares. O primeiro é burocrático, medido pelo relógio, já o segundo tem o sentido de tempo vivido, a valorização do processo de formação do indivíduo e priorização da qualidade de todo processo ensino-aprendizagem. Dentro do Projeto Político Pedagógico da EJA o aluno tem respeitado o seu tempo de amadurecimento de aprendizagem, cumprindo as etapas de acordo com a carga horária prevista em lei.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, prevendo a inclusão de diferentes sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes

assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades. Após a definição das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná como modalidade da Educação Básica, passa a adotar os mesmos conteúdos curriculares previstos por essas diretrizes. No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, idéias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CEEBJA X, 2012).

A forma e os dizeres da proposta pedagógica da EJA prisional são muito similares ao contido na proposta das escolas regulares, com algumas especificidades em relação à segurança dos envolvidos. A construção teórica pode, para quem tem acesso à proposta, até parecer interessante e diferente, mas esbarra nos problemas aqui já expostos de falta de qualificação do pessoal e espaço físico inadequado, isso sem falar no comodismo e na visão ultrapassada de professores e da segurança. Dessa forma, observa-se no texto, a preocupação em se considerar a realidade dos sujeitos e os fatores sócio-históricos.

A EJA prisional oferta Ensino Fundamental Fase I e II e Ensino Médio. A carga horária, as presenças e a média para aprovação são as mesmas das escolas regulares³. Dessa forma, as concepções e conteúdos dispostos na proposta são coerentes, em sua maior parte, atuais.

No entanto, por mais que a proposta pedagógica traga elementos importantes, cabe ressaltar que o currículo das Unidades Penais ainda permanece como desafio. Ou seja, por mais que o discurso da proposta traga elementos que possibilitem o desenvolvimento de práticas voltadas à ressocialização, as práticas não acompanham o discurso. Observa-se que não há uma criação de projetos e metodologias próprias para o sistema penitenciário, nem um currículo que considere o tempo e o espaço dos sujeitos da EJA nesse contexto e que enfrente os desafios que propõe em termos de reintegração social. A construção de um currículo assim tem que ser elaborada por um grupo de trabalho que ouça os sujeitos do processo educativo nas prisões, ainda que

nem todos eles se considerem parte dele: educadores, educandos, gestores do sistema prisional, agentes penitenciários, pesquisadores da EJA e do sistema prisional. Tal trabalho coletivo, também está anunciado no Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, que será tratado no tópico seguir:

Uma tarefa bastante complexa, porém extremamente necessária e contínua, é determinar o perfil dos educandos do sistema carcerário a fim de buscar um planejamento adequado para atuar nesta demanda. Assim, depara-se com indivíduos que, em sua maioria, sempre viveram à margem da sociedade, sem referência social e que geralmente trazem com eles um histórico de vida que reflete principalmente seus comprometimentos psicossociais e econômicos. Sujeitos sem perspectivas de futuro, discriminados, de famílias desmoralizadas, sem noção do lugar que devem ocupar na sociedade. Esses educandos demandam uma proposta pedagógica específica para jovens e adultos privados de liberdade na busca pela garantia do processo educativo de qualidade para a transformação de um modelo de sociedade excludente. A proposta pedagógica pensada para essa demanda de educandos deve priorizar as necessidades fundamentais para compreensão de uma vida com dignidade. São jovens e adultos que, geralmente, apresentam um sentimento de desesperança no momento presente, de falta de perspectiva futura e angústia com o tempo já vivido. Desta forma, a proposta pedagógica deve ser pautada na busca por um conhecimento que agregue valores e aponte para uma prática social de inclusão, de melhoria nas condições de vida para o convívio em sociedade. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, 2012).

3.3 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

O Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná foi elaborado em 2012 pela SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná e pela SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a primeira representada pelo Secretário Estadual de Educação, Sr. Flávio Arns, e a segunda representada pela Secretária Estadual da Justiça, Sra. Maria Tereza Uille Gomes. O Plano teve como proponente o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Governador do Estado, Sr. Carlos Alberto Richa.

O Plano foi apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da proposição para obtenção de apoio financeiro, com recursos do Plano de Ações

³ Neste ponto, observa-se ainda a visão preconceituosa presente no espaço da EJA dentro das prisões, que cristalizam de maneira estereotipada que os alunos presos tem todo tempo do mundo para estudar.

Articuladas e/ou Fundo Penitenciário Nacional, para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais do Paraná, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

O objetivo principal do Plano é a garantia da escolarização básica, no nível fundamental e médio, na modalidade EJA e a educação profissional às pessoas em privação de liberdade, no Sistema Penitenciário do Paraná, por meio dos CEEBJAs.

A regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que foram homologadas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma consequência prática dessa normativa é a obrigatoriedade de que cada Estado da Federação tenha o seu Plano Estadual de Educação nas Prisões, do qual emerge, implícita ou explicitamente, o projeto político pedagógico, cuja estrutura será analisada a partir dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996) e da Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7.210/1984). (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, 2012).

No corpo do Plano, a escola, no interior dos presídios, deve romper com o currículo oculto ali construído e ter como função o desafio de desconstruir a concepção de que é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. A educação, no espaço prisional, deve ser vista como um precioso mecanismo de valorização das ações que elevam a autoestima do educando jovem, adulto e idoso privado de liberdade. Utilizada como instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, da atividade criadora e inovadora, ela possibilitará a construção da autonomia pessoal, preparando-os para a vida em sociedade.

Esses educandos demandam uma proposta pedagógica específica para jovens e adultos privados de liberdade na busca pela garantia do processo educativo de qualidade para a transformação de um modelo de sociedade excludente. A proposta pedagógica pensada para essa demanda de educandos deve priorizar as necessidades fundamentais para compreensão de uma vida com dignidade. São jovens e adultos que, geralmente, apresentam um sentimento de desesperança no momento presente, de falta de perspectiva futura e angústia com o tempo já vivido. Desta forma, a proposta pedagógica deve ser pautada na busca por um conhecimento que agregue valores e aponte para uma prática social de inclusão, de melhoria

nas condições de vida para o convívio em sociedade. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, 2012).

O Plano, elaborado por diversos segmentos, trata de forma completa da oferta da educação dentro das unidades penais. Vai desde um levantamento completo da oferta da educação dentro de todas as unidades penais do Paraná até o atendimento a toda a população carcerária, sem distinção ou preconceito, norteando a proposta pedagógica e o currículo, apresentando os sujeitos do processo educacional prisional.

No Sistema Prisional paranaense a oferta de escolarização é organizada de acordo com a especificidade de cada medida e/ou regime prisional. No entanto, a Proposta Pedagógica da EJA vigente para Ensino Fundamental e Médio não contempla as necessidades específicas, tampouco atende toda a demanda que deseja inserir-se no processo educativo, pois conforme aponta levantamento realizado pela Coordenação de Educação, Qualificação e Profissionalização de Apenados/PDI-Cidadania junto aos estabelecimentos penais no mês de julho de 2012, apenas 35,37% da população carcerária encontra-se matriculada no Programa de Escolarização. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, 2012).

O Plano estabelece ainda formas de certificação e verificação de competências do aluno preso, mesmo que fora do atendimento do CEEBJA.

Com o objetivo de avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada, mas que já trazem com eles saberes construídos nas relações pessoais e profissionais, dentre os quais se inserem a maior parte da população carcerária, são ofertados anualmente pelo Governo Federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), criado em 2002 e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998. Além da certificação, o ENEM é utilizado para avaliar a qualidade da oferta do Ensino Médio, e ainda com intuito de implementar políticas públicas, criar referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio, desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira e estabelecer critérios de acesso a programas governamentais. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, 2012).

Se pelo menos metade do Plano Estadual fosse seguido, não se tornando letra morta, certamente a Educação de Jovens e Adultos nas unidades prisionais seria algo relevante e ressocializador na vida dos alunos em privação de liberdade.

[...] Mesmo havendo elementos comuns à educação pensada para os que estão em liberdade, na prisão existem aqueles que lhe são próprios. Nela, o papel da educação é mais amplo, pois permite a liberdade e a esperança de transformação da realidade primitiva do mundo prisional. E, nessa media, a educação no presídios estará sempre preocupada com a promoção humana, procurando “[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre homens (SAVIANI, 1980, apud ONOFRE, 2007, p.23).

No próximo capítulo, com o intuito de se compreender um pouco mais sobre a realidade do ensino prisional, apresenta-se elementos contidos nos relatórios da Unidade investigada, como forma de problematizar esse Universo e contribuir para novas investigações.

4 A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: OLHAR PARA O SEU COTIDIANO

Sabe-se da dificuldade de se pesquisar as Unidades prisionais em geral, em decorrência de diversos fatores, em especial, a questão da segurança. Neste trabalho, intenta-se ir além do que traz os documentos oficiais, e os esforços se voltam para a realidade de uma Unidade Penal no Estado do Paraná. Para tanto, considerando as dificuldades de se adentrar nesse universo, traz-se o que dizem os próprios relatórios que estão disponíveis na Secretaria da Unidade, bem como a experiência da pesquisadora. Nesse sentido, o presente capítulo, busca trazer novos elementos para compreensão da prática deste universo, descrevendo, ainda que de maneira limitada, o cotidiano da sala de aula de uma Unidade Prisional. Com base no referido relatório será traçado o perfil dos alunos, dos docentes, da equipe pedagógica bem como outros elementos importantes que se fazem presentes neste universo.

4.1 OS ALUNOS

De acordo com dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - INFOPEN⁴, em abril/2012 a população carcerária paranaense apresenta-se extremamente jovem: 51,33% encontram-se na faixa de 18 a 34 anos e com baixíssimo nível de escolaridade: 62% não possuem o Ensino Fundamental completo, como no gráfico a seguir:

⁴ De acordo com o Ministério da Justiça, o Infopen “é um programa de computador (software) de coleta de Dados do Sistema Penitenciário no Brasil, para a integração dos órgãos de administração penitenciária de todo Brasil, possibilitando a criação dos bancos de dados federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias. É um mecanismo de comunicação entre os órgãos de administração penitenciária, criando ‘pontes estratégicas’ para os órgãos da execução penal, possibilitando a execução de ações articuladas dos agentes na proposição de políticas públicas” (disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B598A21D8-92E4-44B5-943A-0AEE5DB94226%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>)

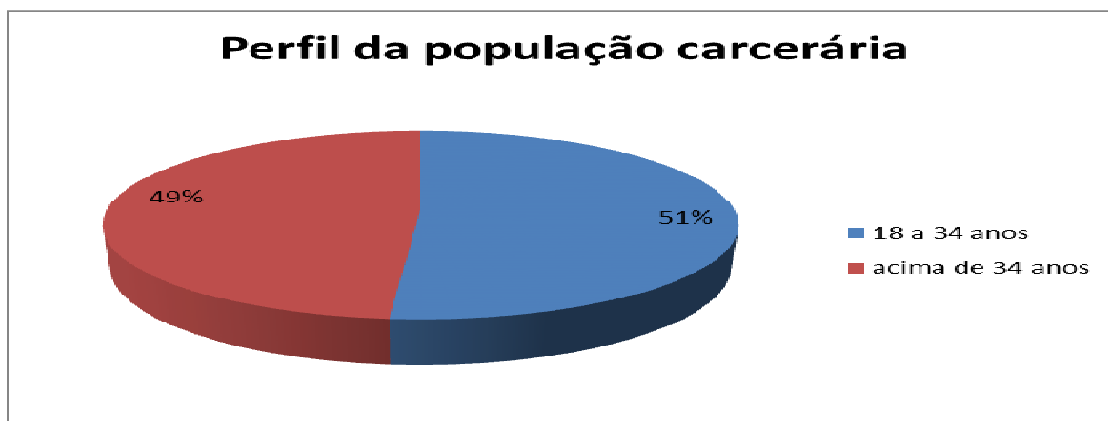


Gráfico 1 – Perfil da população carcerária - Paraná

Fonte: INFOPEN, Paraná, 2012

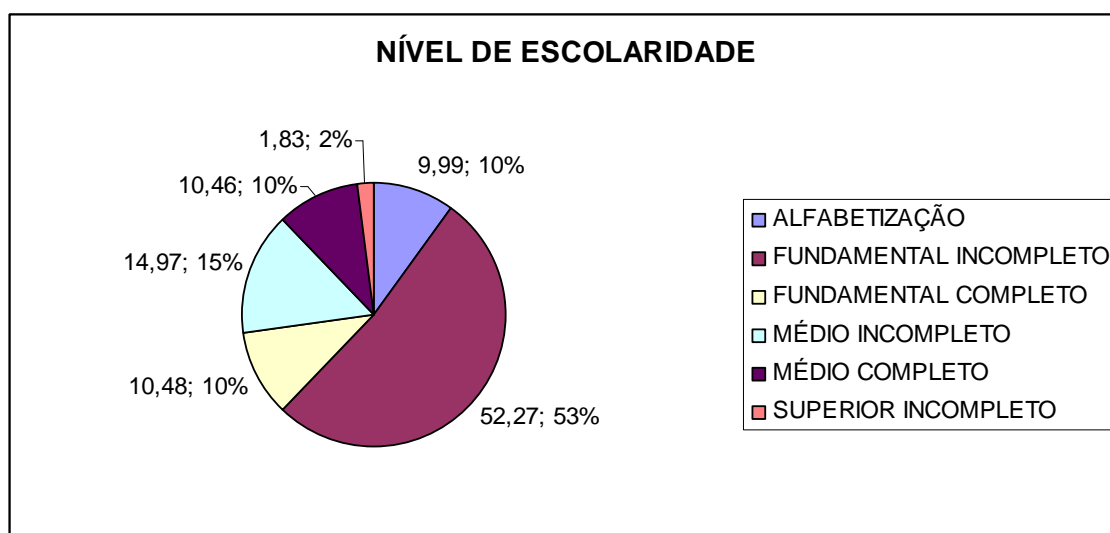


Gráfico 2 – Nível de Escolaridade - Paraná

Fonte: Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná - 2012

A maioria dos presos, no sistema penal brasileiro, são jovens oriundos das camadas sociais mais pobres, negros e já marginalizados socialmente, filhos de famílias desestruturadas, que não tiveram acesso à educação nem à formação profissional. (Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná – 2012).

Em um CEEBJA que funciona no interior de uma unidade prisional do Paraná, o quadro de presos é de aproximadamente 1077. Cada unidade prisional é dividida em galerias, e cada galeria é dividida em cubículos. A equipe de segurança e o Conselho

Penitenciário é quem fazem a triagem dos presos quando estes chegam na unidade, dividindo os presos nas galerias, seguindo critérios específicos. Uma das análises é definir quais presos serão alojados em galerias autorizadas a frequentar a escola. De 50 galerias de uma unidade, com três a sete cubículos em cada galeria, somente 10 galerias são autorizadas a frequentar o CEEBJA. Ou seja, num universo de 1077 presos, somente 500 presos poderão ser atingidos pelo processo educacional.

A prevalência do binômio segurança/disciplina sobre toda e qualquer iniciativa de ressocialização tem sido apontada como o maior dos entraves à execução do trabalho, da educação, da psicologia e do serviço social dentro da prisão, mas deve-se apontar também para a relação de subordinação que essas ciências têm em relação às ciências jurídicas, como se fossem apêndices destas. (SILVA e MOREIRA, 2011, p. 95-97).

Desta feita, para demonstrar a realidade estatística dos presos que podem estudar nesta unidade penal, usamos o Relatório de Escolarização do mês de outubro de 2013 – documento este que trata-se de um relatório estatístico mensal enviado pelo CEEBJA à SEED com informações sobre alunos matriculados, conclusões, desistências e dados sobre cada disciplina naquele mês - para apresentar os dados reais.

Na unidade escolhida para esse estudo há 1077 presos no total. Da totalidade, 53 deles já concluíram o ensino médio, não sendo mais alunos potenciais para o CEEBJA. Assim, alunos em potencial são 1024 presos. Dos 1024 presos, somente 474 estão matriculados, sendo que 550 presos não estão matriculados, ou por recusa do próprio preso, caso excepcional, ou por estar em galeria proibida de frequentar as aulas, a grande maioria.

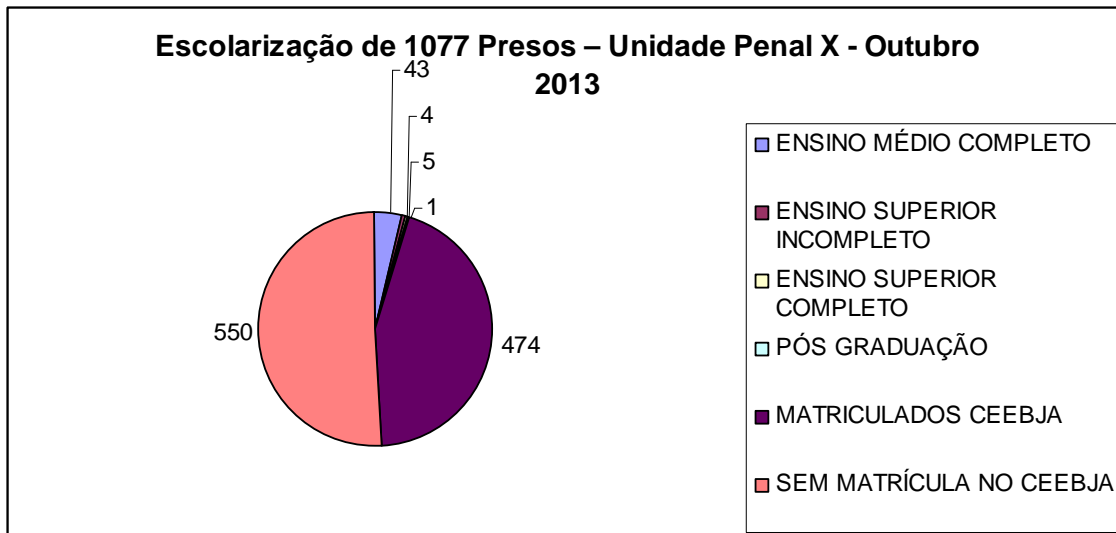


Gráfico 3 – Nível de Escolarização da Unidade Penal investigada

Fonte: Relatório Mensal de Escolarização – Unidade Penal X – PR – 10/2013

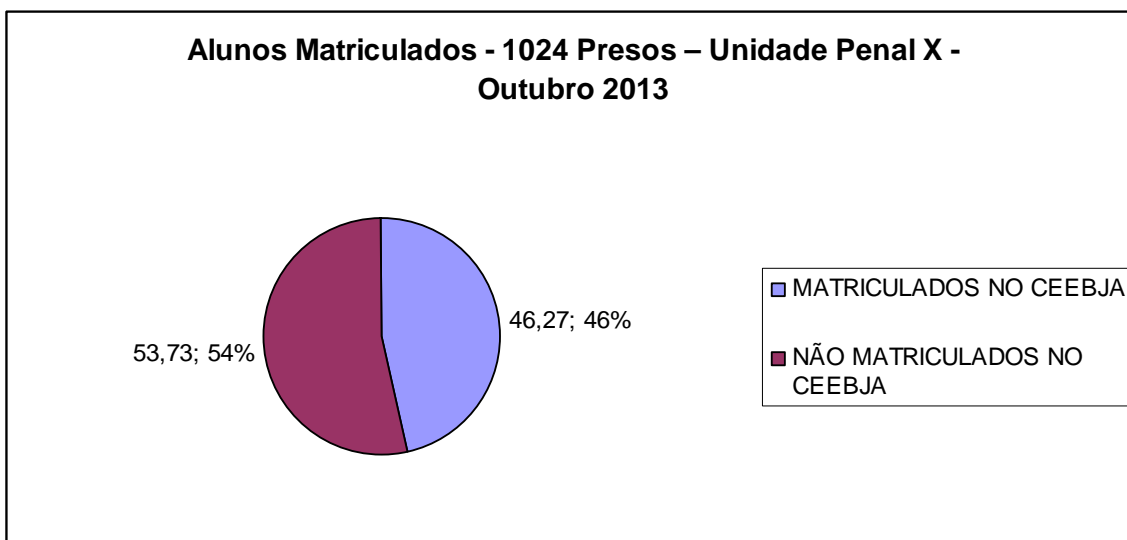


Gráfico 4 – Alunos Matriculados

Fonte: Relatório Mensal de Escolarização – Unidade Penal X - PR – 10/ 2013

4.2 OS DOCENTES

Para atender a demanda e o perfil dos alunos presos, a prática pedagógica dentro da sala de aula deve ser diferenciada, usando os conhecimentos adquiridos com

a vida. A escola tem que servir de ponte para o mundo moderno – valores, práticas e costumes – visando a reintegração do aluno à sociedade no momento em que a liberdade chegar. O professor tem que entender que o aluno necessita do sentimento de conquista, vitória, pertença. A sala de aula tem que ser vista e reconhecida pelo aluno como local de realização e não de fracasso. Assim, a avaliação de ver feita visando a forma de conduzir o processo educacional, e não como forma de coerção, havendo uma valorização dos saberes.

Os professores são estáveis na SEED/PR, cedidos a SEJU, passando por um edital de seleção para atuarem nas unidades prisionais. Há provas escritas, memoriais e uma entrevista junto a uma banca examinadora para identificação de seu perfil. Esta forma de seleção acontece faz pouco tempo. Antes os professores eram indicados pelas chefias da educação e da justiça. Dentro da totalidade da demanda docente, pedagógica e administrativa, temos tanto profissionais competentes e comprometidos, quanto profissionais acomodados, tradicionais, com valores ultrapassados, que não acreditam na ressocialização, mas vêem a educação como uma premiação por bom comportamento, e não como um direito e uma possibilidade de alterar o futuro daqueles alunos.

A formação de professores para a educação em prisões, com regime próprio de trabalho, ainda que dentro da categoria do magistério constitui caso à parte, pois os cursos de formação de professores, mesmo das universidades públicas, ainda não estão sensibilizados para a necessidade de formar quadro docente para atuação em espaços outros que não sejam a escola e a sala de aula. Lecionar nas prisões tem sido a última opção para professores que não encontram lugar na rede regular de ensino, em início de carreira, provisórios ou readaptados (SILVA e MOREIRA, 2011, p. 95-97).

É preciso entender os sujeitos e a multiplicidade dentro das salas de aula nas prisões. Cada professor atende a 15 alunos dentro de uma sala de aula na prisão, lidando com a total diversidade e multiplicidade de sujeitos. E seu trabalho pedagógico será fundamentado nesta multiplicidade. Ele – o professor – precisa estar amparado por um currículo dinâmico, que dialoga com o cotidiano.

O CEEBJA analisado neste trabalho tem, atuando em uma unidade penal, 24 professores concursados. São profissionais selecionados para atuar na EJA, na modalidade individual, no Ensino Fundamental FASE I, FASE II e Ensino Médio, em

todas as disciplinas. Parte destes professores dão aulas tanto no Fundamental FASE II quanto no Ensino Médio. Entre os 24 professores, 03 deles são contratados por 40 horas, e os demais por 20 horas.



Gráfico 5 – Carga horária dos professores

Fonte: Demanda Mensal – CEEBJA X - PR – 10/ 2013

São profissionais na sua totalidade com especialização na sua área, sendo que 10 deles tem mestrado na sua área de ensino.

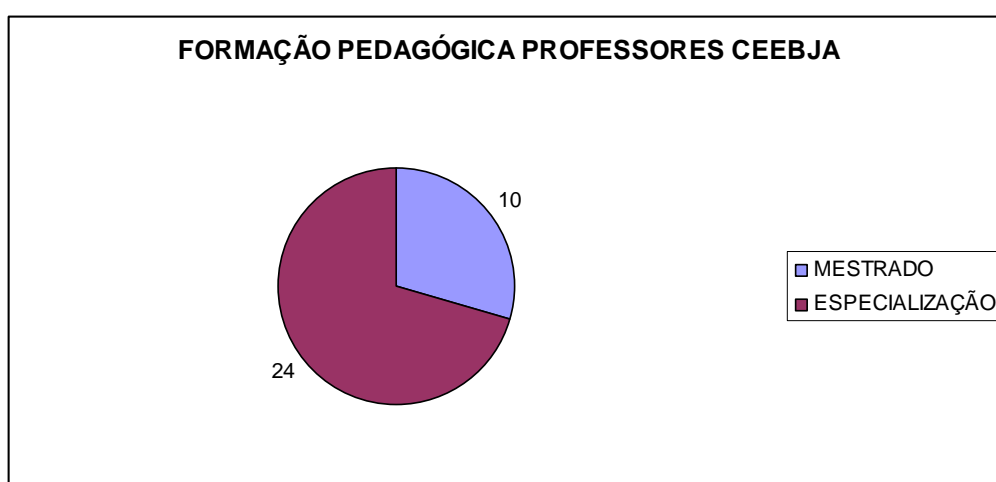


Gráfico 6 – Formação dos Professores

Fonte: Demanda Mensal – CEEBJA X - PR – 10/ 2013

Dos 21 contratados por 20 horas para atuar na educação prisional, 15 tem mais 20 horas em estabelecimento de ensino regular, também concursado no Paraná.

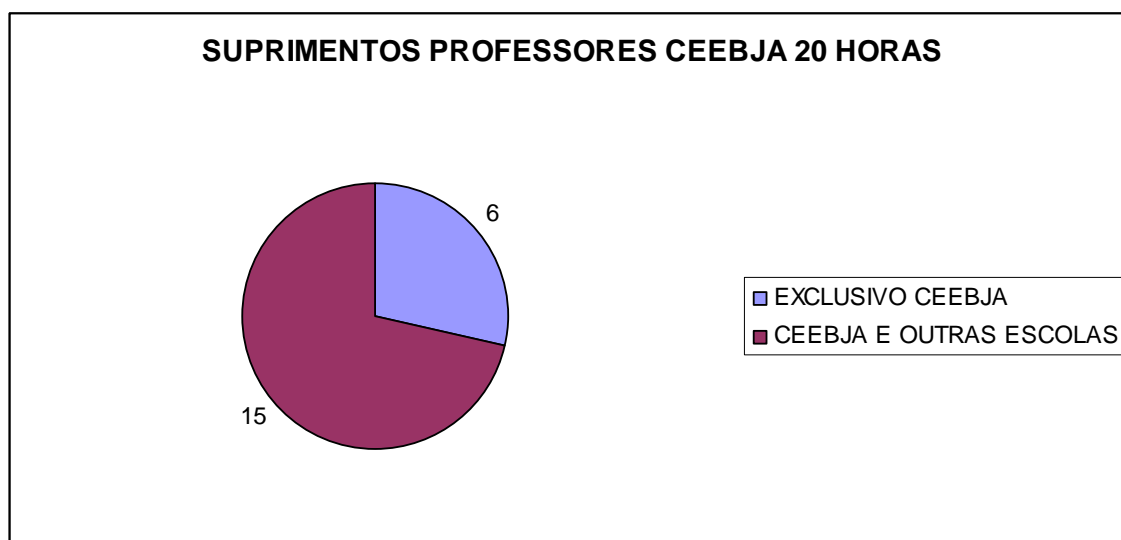


Gráfico 7 – Suprimentos de professores

Fonte: Demanda Mensal – CEEBJA X - PR – 10/ 2013

Cada professor deveria atender, no seu turno, 15 alunos. A lista de presença é diária e por turno, tendo 15 alunos em cada disciplina, mas os agentes penitenciários, responsáveis por conduzir os alunos presos das celas até as salas de aula, costumam levar somente 03 ou 04 alunos por professor, alegando falta de segurança.

O professor, nesta unidade analisada, fica frente a frente com seus alunos, sem grades que o separem dos mesmos. Cada professor tem a sua disposição farto material didático, desde que permitido para ser usado dentro da prisão, bem como TV Pen Drive, DVD, computador, impressora e outros materiais por eles solicitados.

4.3 A EQUIPE PEDAGÓGICA

O CEEBJA estudado tem, na composição de sua equipe pedagógica, um diretor geral, um diretor auxiliar e três pedagogos. O diretor tem 40 horas de carga horária de

trabalho semanal, tendo o diretor auxiliar 20 horas semanais e cada pedagogo também tem 20 horas semanais.

A equipe pedagógica responsabiliza-se por todo o andamento da escola. Entre suas atribuições estão o cuidado com a proposta pedagógica do estabelecimento, manter em dia a autorização e o reconhecimento dos cursos ofertados, agendar reposições de faltas dos professores, analisar e corrigir as fichas individuais entregues pelos professores em relação a cada aluno atendido, conferir e atualizar materiais pedagógicos, avaliar e discutir com os professores a metodologia em sala, os conteúdos a serem trabalhados, a forma de avaliação e os planos de trabalho docente.

Uma das principais funções da equipe pedagógica é acompanhar o número de atendimento diário feito pelos professores e a carga horária de cada aluno, verificando a possibilidade de conclusões, classificações e reclassificações. Todo esse trabalho tem três momentos culminantes durante o ano letivo, os Conselhos Avaliativos.⁵ Nos conselhos os pedagogos, juntamente com cada professor, analisam um a um os alunos matriculados, carga horária cumprida, capacidade de aprendizagem e avaliações. Após essa análise ele vai, juntamente com a direção, elaborar estratégias para que esses alunos desenvolvam-se cada vez mais e possam concluir seus estudos dentro da unidade penal.

Tanto professores quanto a equipe pedagógica precisam entender a realidade do seu local de trabalho e apresentar-se prontos aos desafios.

Sem pretender tornar o cenário mais feio e cruel do que ele já é, ressalta-se a necessidade de conhecimento geral quanto à natureza dos desafios a serem enfrentados, especialmente por parte dos novos atores chamados à luta, tais como professores, educadores, formadores de formadores, coordenadores de cursos e gestores universitários. (SILVA e MOREIRA, 2011, p. 95-97).

4.4 AS AULAS

As aulas no CEEBJA funcionam em celas adaptadas para serem usadas como salas de aula, e também em pátios de visita. As carteiras utilizadas e as cadeiras são todas plásticas, tendo também mesa do professor e armários para guardar o material.

Nas paredes podem ser colocados mapas e cartazes. As salas possuem TV Pen Drive e quadro negro. Todo o material usado pelo aluno é fornecido pelo professor, sendo que este kit constitui-se de uma pasta de papelão com elástico, uma caneta azul, um lápis preto, uma borracha branca e um caderno brochura pequeno com 48 folhas. O material é fornecido pelo DEPEN duas vezes ao ano e, nos intervalos, pois o gasto com material é muito grande, o CEEBJA adquire o material nas papelarias com o recurso do Fundo Rotativo, que é um valor mensal enviado pelo Governo do Estado para manutenção das escolas do Paraná.

O professor, ao ir para a sala de aula no seu turno, recebe uma lista de chamada com 15 alunos matriculados. A sua aula começa, de manhã, às oito horas, e vai até às onze horas. À tarde, começa às treze horas e trinta minutos e vai até às dezesseis horas e trinta minutos. O próprio professor fornece ao seu aluno a merenda escolar enviada ao CEEBJA pela SEED. Há muito atraso no dia a dia, pois os agentes penitenciários demoram demais para retirar os alunos das celas e leva-los à sala de aula. Dos 15 alunos por professor, são retirados apenas 03 ou 04 por docente. A frequência é ruim e as ausências prejudicam demais o aprendizado, bem como as conclusões. Tais dificuldades foram elencadas e apresentadas por Muñoz (2001):

Os obstáculos institucionais e situacionais são externos às pessoas às quais a formação é ministrada, e talvez sejam elas quem melhor possam descrevê-los. A lista desses obstáculos, extensa e de alcance mundial, inclui exemplos alarmantes de casos em que a educação é interrompida ou terminada por caprichos pessoais de administradores ou de funcionários da prisão ou por encarceramento em celas ou transferências abruptas entre instituições, assim como pela falta de bibliotecas, confisco generalizado do escasso material escrito e didático existente, as listas de espera de até três anos para ter acesso aos cursos e o acesso limitado e frequentemente inexistente à tecnologia da informação e à capacitação correspondente, incluídas as aptidões técnicas necessárias na atual sociedade informatizada (MUÑOZ, 2011, p. 57-74).

Neste contexto, a escola e com ela a educação de qualidade torna-se um poderoso instrumento de (re)integração social para todos da comunidade carcerária, pois além de preparar este educando recluso na sua retomada à liberdade, possibilita

⁵ O Conselho Avaliativo está consolidado no Projeto Político Pedagógico e é composto pelo Diretor Geral, Pedagogos e Professores.

também que ele possa competir em igualdade de condições com os cidadãos livres na disputa acirrada por um trabalho digno e justo. A escola em presídios passa a ter uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, “no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade” (JULIÃO, 2007, p. 47).

O espaço escolar em presídios deve ser o local onde o interno pode se sentir humano, é o local em que, como afirma Onofre (2007), a “marca de criminoso deve ser amenizada”, uma vez que eles passam a ser apenas alunos, um(a) educando(a) na incessante busca pelo aprendizado que lhe possibilitará, talvez, sair da condição de miserável para uma condição mais humana.

Cabe ao professor questionar de que maneira a educação poderia contribuir para mudar a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e contribuir com o processo de desprisonalização. Freire (1995) já dizia que a “melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”. Enfim, diante dos dilemas e das “contradições do ideal educativo e do real punitivo, de tantos fatores que obstaculizam a formação para a vida social em liberdade, longe das grades, cabe perguntar: o que pode fazer a educação escolar por trás das grades?” (ONOFRE, 2007, p.14). A ilação que se segue, é que compreender de maneira contextualizada, a partir de uma leitura que contemple os aspectos sócio históricos. Portanto,

Destacar a especificidade da EJA prisional é, portanto, determinante para a adequada formação de professores, para a especialização da carreira, para a produção de material didático-pedagógico e para a elaboração de indicadores de avaliação que deem conta de apreender a multiplicidade de fatores presentes na relação de ensino e aprendizagem dentro da prisão (SILVA e MOREIRA, 2011, p. 95-97).

É preciso repensar/problematizar esse espaço educativo, para que o objetivo central, assimilação dos elementos culturais pelos processos de ensino e aprendizagem, seja real dentro das prisões.

[...] A educação na prisão não é a educação de prisioneiros, mas a educação permanente de todos aqueles que têm alguma ligação com a

prisão: presos, equipe de guardas, familiares dos detentos, profissionais externos que intervêm no cotidiano das prisões. [...] Sendo a prisão o que é, será necessário reforçar – nas respectivas práticas profissionais – as atitudes educativas dos diversos atores (MAEYER, 2006, p.49).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu-nos concluir que há uma diferença gritante entre o prescrito e o vivido, e o currículo oculto está presente em todos os momentos da educação prisional.

Além disso, há outro importante aspecto se sobressai: para que a EJA, e consequentemente a escola, possam ser efetivos no processo de (res)socialização do aluno preso, é necessário que a prisão seja ressignificada como espaço potencialmente pedagógico. Isto significa transformar agentes penitenciários em educadores, presos em alunos, estabelecendo relações pedagógicas.

Deve-se ter clareza de que tipo de homens se quer formar, quais os recursos disponíveis, e assegurar, através da educação, meios honestos e legítimos do egresso reorganizar sua vida após a obtenção da liberdade.

Há que se entender a necessidade de conhecimento da realidade dos alunos presos, trazendo à baila a relação simétrica entre currículo e cultura.

[...] Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado (SACRISTÁN, 2000, p. 17).

Há que se modificar as práticas com urgência, aqui entendidas como o próprio currículo, visando a aprendizagem dos alunos presos. Tais alterações envolvem a renovação dos espaços carcerários utilizados como salas de aula, bem como é necessária a capacitação dos profissionais envolvidos, para que se rompa com os preconceitos e estigmas.

É preciso ter uma concepção dinâmica sobre os saberes e os conteúdos, e a forma de explicitá-los, de forma a ir ao encontro aos interesses, crenças e valores dos destinatários, para que ocorra atribuição de significado, que seja relevante, ou seja, que permita ao aluno ir além do que está posto no seu cotidiano. Como sublinha Candau e Moreira (2003):

A nosso ver, uma educação de qualidade deve propiciar ao (à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e

ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto (CANDAU e MOREIRA, 2007, p. 21).

O currículo deve ter potencial para tornar os alunos capazes de compreender e exercer seu papel na sociedade e na mudança de seu contexto imediato, adquirindo conhecimentos e habilidades que os tornem aptos para isso.

Por fim, analisando a educação prisional no Paraná, os sujeitos envolvidos no processo e o dia-a-dia da sala de aula, verifica-se a necessidade de construção contínua de um currículo coletivo e dinâmico, alimentado por todos, visando a real reinserção do aluno preso a sociedade após o cumprimento de sua pena.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. da S; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia Científica: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2. ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000: p. 1-63

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 03 mar. 2013.

Deliberação 01/2007 – CEE – Ensino à Distância na EJA. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/Guarapuava/arquivos/file/estrutura/deliberacao0107.pdf>.

Deliberação 05/2010 – CEE – Ensino à Distância na EJA. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/file/deliberacoes/deliberacao052010.pdf>.

Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos - Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/diretrizes/dceeja.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GADOTTI, M. Palestra de Encerramento. In: MAIDA, M.J.D. (Org.). **Presídios e Educação**. São Paulo: FUNAP, 1993. pp. 121-148.

JULIÃO, E. F. **Educação e Trabalho como propostas políticas de Execução penal**. In: Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006. 18-37p.

_____. **Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social**. In: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, 2007. p. 29-50.

MAYER, Marc de. **Aprender e Desaprender**. In: **Educando para a Liberdade: trajetória, debates e proposições de uma pesquisa para a educação nas prisões brasileiras**. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. **Educação Escolar e Cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, N. 23, p. 17-43, 2007.

MUÑOS, Vernor. **O Direito à Educação das Pessoas Privadas de Liberdade**. Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 56-74, nov. 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Tendências Recentes dos Estudos e das Práticas Curriculares**. P. 231-241.

ONOFRE, Elenice M. C. **Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado?** In: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, 2007. p.11-28.

_____. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba: SEED, SEJU, 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. CEEBJA X. Paraná: 2012.

RANGEL, Hugo. **Estratégias Sociais e Educação Prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan. /abr. 2007.

REZENDE, Haroldo de. **Currículo Carcerário: Práticas Educativas na Prisão**. UFU, Currículo 12, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Aproximação ao conceito de currículo**. In: O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 16-27.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. **O Projeto Político-Pedagógico para a Educação nas Prisões**. Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 95-97, nov. 2011.

SILVA, Thomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.156 p.